



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

Aos 11 dias do mês de outubro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP e pelo BE, para «prestar esclarecimentos sobre a situação dos Enfermeiros no SNS».

Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP e pelo BE, para «prestar esclarecimentos sobre a situação dos Enfermeiros no SNS».

O Presidente da Comissão agradeceu a presença do Ministro da Saúde e da delegação que o acompanha. Deu nota da grelha de tempos a utilizar nesta audição, iniciando-se com a intervenção dos grupos parlamentares requerentes, respondendo o Ministro no fim, em igual tempo, seguindo-se os outros grupos parlamentares e a resposta do Ministro no fim de cada um deles. Chamou a atenção dos Deputados para que se cingissem ao tema do requerimento.

O Presidente deu a palavra à Deputada Carla Cruz, que cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Começou por apresentar o [requerimento](#) que solicita a audição do Ministro para prestar esclarecimentos sobre a situação dos enfermeiros no SNS. A situação não é de hoje, mas o SNS não funciona sem profissionais valorizados e desde 2010 que o PCP tem apresentado propostas para a resolução do problema. A situação exige medidas urgentes, porque se pode tornar insustentável para os profissionais, para o SNS e para os doentes. Pretende saber quais as propostas com que o Ministro pode responder às justas reivindicações dos enfermeiros, nomeadamente no que respeita à revisão da carreira, à reposição das horas de qualidade e às 35 horas para todos os profissionais.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, agradeceu as questões. Fez o enquadramento dos recursos humanos na área da saúde, dizendo que é o 2.º maior empregador público e que o grupo profissional dos enfermeiros é o maior deles, tendo as decisões de ser tomadas em conjunto para todas as carreiras. Apresentou dados desde novembro de 2015, como o aumento de profissionais no SNS, a introdução das 35



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

horas para três quartos deles e a passagem de 2 mil temporários para efetivos, o que indica estar a ir no bom caminho. Os problemas dos enfermeiros não podem ser resolvidos num único exercício orçamental mas pretende reunir com as diferentes estruturas representativas da profissão para discutir a revisão do contrato de trabalho, a revisão da carreira, a reposição das horas de qualidade e as 35 horas para todos em 2018. Será ainda proposto um suplemento remuneratório para os enfermeiros especialistas. Lembrou que um acordo pressupõe um encontro, a meio caminho, das duas partes.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição do Ministro para prestar esclarecimentos em relação à situação dos enfermeiros. Estes profissionais são estruturantes no SNS e as suas reivindicações são justas. Colocou questões sobre a aplicação das 35 horas, sobre o valor base para os profissionais de enfermagem e qual a calendarização concreta da negociação das carreiras para 2018. Outras questões prendem-se com o motivo que levou ao cancelamento da reunião de setembro com os técnicos de diagnóstico e terapêutica e se está disponível para iniciar negociações com os técnicos auxiliares de saúde, que reclamam uma carreira própria. Disse que está a decorrer uma greve dos médicos que reivindicam o pagamento das horas «incómodas» e a diminuição do número de utentes dos médicos de família.

O Ministro da Saúde referiu que se fosse possível dar resposta num só orçamento orçamental a todas as reivindicações salariais dos diversos profissionais da saúde isso ascenderia a mais de mil e 500 milhões de euros, o que seria um valor incomportável. Informou que os encargos no seu todo carecem de negociação, frisando que em janeiro se iniciará o processo de descongelamento das carreiras e que apenas 10% dos médicos de família tem uma lista de 1900 utentes.

O Secretário de Estado da Saúde prestou esclarecimentos sobre as questões pré acordadas com os sindicatos dos enfermeiros designadamente as horas de qualidade e as horas incómodas, que o alargamento das 35 horas entronca na revisão da carreira e será criado um suplemento transitório para os enfermeiros especialistas.

O Deputado Miguel Santos cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Disse que a governação do Ministério da Saúde é um desastre, como mostra o funcionamento do INEM, as dívidas descontroladas, as cirurgias adiadas, sublinhando que as classes profissionais estão no limite. Perguntou se o Ministro tem algum



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

documento que justifique as verbas referidas para dar resposta às reivindicações da saúde na função pública. Perguntou ainda sobre a demora na implementação das 35 horas para todos, se as enfermeiras parteiras vão ser equiparadas em termos salariais aos enfermeiros especialistas e porque é que alguns hospitais marcaram faltas injustificadas aos enfermeiros que fizeram greve, e outros não. Disse que a entrada e saída de profissionais da saúde se vê no Balanço Social, que se desconhece. Perguntou ainda qual é o impacto do que está a ser negociado em termos orçamentais para o próximo ano e se já estão acauteladas as 35 horas para os SITE para que não venham a acontecer problemas, que ainda persistem, com as medidas que tomam, que não são acauteladas devidamente.

O Ministro agradeceu as questões. Disse que o Balanço Social referente a 2015 e 2016 já está publicado no Portal da Saúde tendo facultado o *link* para aceder ao [Relatório Social do MS e SNS 2016](#). Esclareceu que os Hospitais devem cumprir a Lei relativamente às faltas consideradas injustificadas. Enfatizou a questão do impacto orçamental que teria o conjunto das medidas que estão em cima da mesa que acrescem despesa nova à que já existe, devendo fazer-se uma abordagem prudente e equilibrada, pelo que se tem de encontrar um ponto de encontro intermédio entre as duas partes. As reivindicações das enfermeiras parteiras têm de ser resolvidas na mesa das negociações. Esclareceu que o atual INEM está melhor do que aquele que encontraram, estando a taxa de operacionalidade nos 99%.

O Deputado António Sales referiu que a paz social tem sido a matriz dos últimos dois anos, tem dado os seus frutos, dos quais destacou a melhoria de vários indicadores, ao contrário do ocorrido entre 2011 e 2015, em que se realizaram diversas greves. Notou que o Programa do Governo refere a reposição salarial e o descongelamento das carreiras para 2018, perguntando qual é o seu grau de execução em matéria de saúde e quais as áreas a programar nesta sessão legislativa, qual é a evolução das negociações que estão a ocorrer e como pode compatibilizar as reivindicações com as restrições orçamentais. Entende que o direito à greve é inalienável, perguntando como se pode conciliar esse direito com o direito ao nascimento em segurança. Reconhece que apesar dos bons indicadores assistenciais, transversalmente há áreas a melhorar, como o da saúde mental, segurança do doente, infeções hospitalares, cuidados paliativos, entre outros.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

O Ministro agradeceu as considerações e as perguntas, realçando que os cidadãos não podem ser utilizados como arma de arremesso nas negociações entre os profissionais e o Estado. Deu conta de que para os próximos dois anos vão continuar a reforçar o pilar da qualidade, investindo mais na proximidade. A sustentabilidade na saúde deve ser discutida, designadamente a questão do acesso à inovação terapêutica, a qual não comporta uma estabilidade orçamental.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Lembrou que o CDS-PP apresentou um requerimento sobre o assunto em debate para ouvir várias entidades representantes de profissionais de saúde e lamenta que tenha sido chumbado e também lamenta que se tenha transferido para janeiro a próxima audição regimental. Há profissionais de saúde muito insatisfeitos, como foi referido pelo Dr. Mário Jorge, da FNAM, que diz que o Governo está dissonante da realidade. Pretende que o Ministro clarifique as novas contratações no âmbito da enfermagem, e o que corresponde a mobilidade interna, como vai ser resolvida a situação no bloco de partos e qual a resposta a dar às mais de seis mil cirurgias adiadas durante a greve.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões, sublinhando que não cede perante o incumprimento da lei e que em sede própria se farão as negociações. Disse que os médicos é que têm assistido nos blocos de partos e que as negociações se farão com os sindicatos, que são reconhecidos pelo Estado e que representam os trabalhadores. A sua primeira preocupação é para com os cidadãos que não podem ter os seus direitos comprometidos por via da greve, informando que os próprios profissionais fazem os reagendamentos. Se quando se fala em esquerdas unidas, significa reiterar os direitos dos profissionais, baixar o IRS, iniciar o descongelamento das carreiras, revalorizar as pensões mais baixas, proporcionar a criação de mais emprego, é muito positivo. Se resulta da agregação de vontades, há boas razões para que essa unidade se mantenha e prossiga.

Deixou um documento com as [iniciativas políticas & procedimentos legislativos](#) na área da saúde.

Na segunda ronda, de 5 minutos por Grupo Parlamentar, usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Ângela Guerra, Maria Antónia de Almeida Santos, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

respondeu em conjunto, sendo complementadas pelos Secretários de Estado Ajunto e da Saúde.

Na terceira ronda, de 3 minutos por Deputado, fizeram intervenções, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Ângela Guerra, João Marques, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto, sendo as respostas complementadas pelos Secretários de Estado Ajunto e da Saúde.

O Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos do Ministro da Saúde.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, e cuja vídeo gravação pode ser acedida no presente [link](#).

Palácio de São Bento, 11 outubro 2017.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 87/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Francisco Rocha
Laura Monteiro Magalhães
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fátima Ramos
Jorge Falcato Simões
Luís Graça
Luísa Salgueiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Eurídice Pereira